



Exame simulado

Edição 202412

Copyright © EXIN Holding B.V. 2024. All rights reserved.
EXIN® is a registered trademark.

No part of this publication may be reproduced, stored, utilized or transmitted in any form or by any means, electronic, mechanical, or otherwise, without the prior written permission from EXIN.



Conteúdo

Introdução	4
Exame simulado	5
Gabarito de respostas	11
Avaliação	22



Introdução

Este é o exame simulado EXIN Privacy & Data Protection Essentials based on LGPD (PDPELGPD.PR). As regras e regulamentos do exame do EXIN se aplicam a este exame.

Este exame contém 20 questões de múltipla escolha. Cada questão de múltipla escolha possui um certo número de alternativas de resposta, entre as quais apenas uma resposta é a correta.

O número máximo de pontos que pode ser obtido neste exame é 20. Cada resposta correta vale 1 ponto. Você precisa de 13 pontos ou mais para passar no exame.

O tempo permitido para este exame é de 30 minutos.

Boa Sorte!

Exame simulado

1 / 20

A coleta, armazenamento, modificação, divulgação ou disseminação ilegal de dados pessoais constitui uma ofensa de acordo com a lei brasileira.

Que tipo de infração é essa?

- A) Uma infração à ordem econômica
- B) Uma infração em matéria de proteção de dados pessoais
- C) Uma infração relacionada ao conteúdo
- D) Uma infração relativa à propriedade intelectual

2 / 20

Como a “privacidade” está relacionada à “proteção de dados”?

- A) A privacidade é o direito ao respeito à vida privada e familiar de um indivíduo, sua casa e suas comunicações. A proteção de dados é o conjunto de medidas que garantem a segurança, confidencialidade, integridade e controle sobre os dados pessoais de indivíduos.
- B) A privacidade é o direito de manter assuntos pessoais em segredo, preservando o livre arbítrio do indivíduo. A proteção de dados é o direito de manter os dados pessoais em segredo, de forma a evitar que o seu tratamento seja feito de forma indevida.
- C) A privacidade é o resultado da proteção de dados. A proteção de dados é um conjunto de regras e regulamentos sobre o tratamento de dados pessoais que visa assegurar que esse tratamento seja feito de forma transparente e segura.
- D) Os termos “privacidade” e “proteção de dados” são intercambiáveis. Não há uma diferença real no significado desses termos, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

3 / 20

Que informações são consideradas como dados pessoais, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?

- A) Informações estatísticas anonimizadas e pseudonimizadas
- B) Informações relacionadas a uma pessoa natural identificada ou identificável
- C) Informações relativas a uma pessoa natural identificável que sejam acessíveis a terceiros
- D) Informações sem vínculos diretos e indiretos às pessoas naturais a quem se relacionam

4 / 20

Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), qual função é responsável pela determinação das finalidades e meios de tratamento dos dados pessoais?

- A) Controlador
- B) Encarregado pelo tratamento de dados pessoais (Data Protection Officer, DPO)
- C) Operador

5 / 20

O encarregado pelo tratamento de dados pessoais (Data Protection Officer, DPO) é uma pessoa designada pelo controlador e/ou operador para atuar como canal de comunicação entre os agentes, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Qual é uma das atribuições **obrigatórias** do encarregado?

- A) Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências
- B) Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas de conformidade da organização
- C) Receber comunicações da autoridade policial e apresentar qualquer tipo de informações quando requisitado
- D) Reportar à imprensa a ocorrência de incidentes de segurança na organização para fins de transparência

6 / 20

Um e-commerce planeja desenvolver uma ferramenta para precificar os produtos vendidos de forma individualizada para cada usuário que acessa seu site, levando em consideração o aparelho que o usuário utiliza para acessar o e-commerce, a região de onde está acessando, e outras informações de perfil socioeconômico coletadas por meio de cookies.

Qual é o princípio do art. 6º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) que pode ser decisivo para a implantação ou não dessa ferramenta?

- A) Não discriminação
- B) Necessidade
- C) Responsabilização e prestação de contas
- D) Transparência

7 / 20

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), qual critério deve ser cumprido pelo controlador ao realizar o tratamento de dados pessoais com base no legítimo interesse?

- A) A hipótese legal de legítimo interesse dispensa a avaliação de riscos à privacidade.
- B) O controlador deve garantir que os dados tratados sejam estritamente necessários para a finalidade pretendida.
- C) O tratamento com base no legítimo interesse deve ser realizado para qualquer finalidade que beneficie o controlador.
- D) O tratamento com base no legítimo interesse dispensa a necessidade de transparência ao titular.

8 / 20

Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e regulamentos relacionados, quais agentes de tratamento estão dispensados de indicar o encarregado pelo tratamento de dados pessoais?

- A) Agentes de tratamento de pequeno porte, desde que disponibilizem um canal de comunicação para os titulares e não realizem operações de alto risco ou em grande escala
- B) Agentes de tratamento de pequeno porte, independentemente do volume de dados pessoais que tratem, desde que disponibilizem um canal de comunicação para os titulares
- C) Agentes de tratamento públicos, desde que não realizem operações internacionais em grande escala
- D) Agentes de tratamento públicos e privados, independentemente de seu porte e nível de risco das operações

9 / 20

Um homem recebe regularmente ofertas de uma loja onde ele fez compras cinco anos atrás. Ele quer que a empresa pare de lhe enviar ofertas.

A qual direito do titular de dados, definido pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), essa solicitação se refere?

- A) Direito à anonimização
- B) Direito à correção dos dados pessoais
- C) Direito à restrição do tratamento
- D) Direito à revogação do consentimento

10 / 20

Qual é o termo usado pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) para a divulgação, alteração, perda ou acesso não autorizado a dados pessoais?

- A) Incidente de dados pessoais com alto potencial de danos aos titulares
- B) Incidente de segurança com alto risco e dano irreversível aos titulares
- C) Incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares
- D) Violação de confidencialidade dos dados pessoais que possa gerar risco ou dano aos titulares

11 / 20

Uma organização de assistência social pretende projetar uma nova base de dados para administrar seus assistidos (em estado de vulnerabilidade, inclusive de saúde) e os cuidados de que necessitam.

Para legitimar o tratamento de dados conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), qual seria uma medida importante a ser **inicialmente** tomada?

- A) Coletar dados sobre os clientes e sobre a quantidade e tipo de cuidados necessários e fornecidos
- B) Elaborar um relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD) para determinar os riscos do tratamento pretendido
- C) Obter o consentimento dos clientes para o tratamento pretendido de seus dados pessoais

12 / 20

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) assume várias responsabilidades para garantir que as regulamentações para proteção de dados sejam cumpridas de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Qual é uma dessas responsabilidades?

- A) Definir um conjunto de medidas que sempre devem ser adotadas para a proteção de dados pessoais
- B) Examinar contratos em relação à conformidade com a LGPD
- C) Fiscalizar o cumprimento da LGPD e aplicar sanções quando necessário
- D) Investigar todos os incidentes de segurança que lhe sejam notificados e tomar as medidas cabíveis

13 / 20

No contexto da transferência internacional de dados pessoais, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) precisa analisar e garantir que o país ou organismo internacional destinatário dos dados pessoais objeto de transferência apresenta um nível adequado de proteção de dados pessoais.

O que a ANPD **não** considera ao avaliar o nível de proteção de dados do país de destino ou organismo internacional?

- A) A existência de garantias judiciais e institucionais para o respeito aos direitos de proteção de dados pessoais
- B) A observância dos princípios gerais de proteção de dados pessoais e direitos dos titulares previstos na LGPD
- C) A quantidade de dados pessoais a serem transferidos bem como as informações relativas aos seus titulares
- D) As normas gerais e setoriais da legislação em vigor no país de destino ou no organismo internacional

14 / 20

Normas Corporativas Globais (NCG) constituem um meio para facilitar a carga administrativa das organizações no cumprimento da legislação de proteção de dados.

Como as NCG ajudam no cumprimento dessa legislação?

- A) Elas evitam que as organizações precisem pedir permissão à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para o tratamento dos dados após suas NCG serem aceitas.
- B) Elas permitem que as organizações deixem terceiros fora do Brasil tratarem os dados pessoais.
- C) Elas permitem que as organizações tenham contratos de apoio com todas as partes envolvidas no exterior.
- D) Elas regulam a transferência internacional de dados pessoais entre diferentes entidades pertencentes a um mesmo grupo empresarial ou conglomerado.

15 / 20

O que deve ser feito para que um controlador possa terceirizar o tratamento de dados pessoais para um operador?

- A) O controlador e o operador devem preparar uma minuta e assinar um contrato por escrito.
- B) O operador deve demonstrar ao controlador que todas as demandas combinadas no Acordo de Nível de Serviço (ANS) são cumpridas.
- C) O controlador deve pedir permissão à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para terceirizar o tratamento dos dados.
- D) O controlador deve verificar junto à ANPD se há necessidade de firmar um contrato com o operador.

16 / 20

Leia a definição abaixo:

O controlador deve implementar medidas técnicas e administrativas apropriadas para garantir que (...) apenas sejam tratados os dados pessoais estritamente necessários para cada finalidade específica do tratamento.

Qual princípio relacionado à proteção de dados é definido aqui?

- A) Conformidade
- B) Proteção de dados desde a concepção (by design)
- C) Proteção de dados por padrão (by default)
- D) Proteção incorporada

17 / 20

Qual **melhor** representa um benefício para as organizações ao aplicarem práticas de governança em privacidade?

- A) Garantir maior qualidade e gerenciamento de segurança à organização
- B) Isentar a organização da responsabilidade por vazamentos de dados
- C) Permitir que a organização armazene os dados por tempo indeterminado
- D) Reduzir significativamente a necessidade de realização de auditorias internas e externas

18 / 20

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em qual situação um relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD) deve **obrigatoriamente** ser conduzido?

- A) Quando as tecnologias e os processos estão sujeitos a uma avaliação de risco que envolve transações internacionais
- B) Quando as tecnologias e os processos podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais dos titulares dos dados
- C) Quando todos os grupos de operações de tratamento de dados são semelhantes e com riscos comparáveis entre si
- D) Quando todos os projetos incluem tecnologias ou processos que exigem a proteção dos dados em conformidade com a LGPD

19 / 20

Qual é o **principal** objetivo da Gestão do Ciclo de Vida dos Dados (GCVD)?

- A) Ajudar as organizações a gerenciar o fluxo de dados, desde sua criação ou coleta até sua eliminação
- B) Ajudar as organizações a gerenciar o nível adequado de proteção dos dados durante determinadas atividades
- C) Ajudar as organizações a gerenciar os dados pessoais como um todo, de modo a mantê-los sempre corretos e atualizados

20 / 20

Às vezes, os sites rastreiam os visitantes e armazenam suas informações para fins de marketing.

O site é obrigado a informar o visitante que suas informações estão sendo usadas para fins de marketing?

- A) Sim, pois os visitantes têm o direito de recusar o processamento de seus dados pessoais para fins de marketing.
- B) Não, pois ao acessar o site o visitante automaticamente já dá o consentimento para uso de seus dados pessoais para fins de marketing.

Gabarito de respostas

1 / 20

A coleta, armazenamento, modificação, divulgação ou disseminação ilegal de dados pessoais constitui uma ofensa de acordo com a lei brasileira.

Que tipo de infração é essa?

- A) Uma infração à ordem econômica
 - B) Uma infração em matéria de proteção de dados pessoais
 - C) Uma infração relacionada ao conteúdo
 - D) Uma infração relativa à propriedade intelectual
- A) Incorreto. Uma infração à ordem econômica tem por objeto condutas anticoncorrenciais.
- B) Correto. Qualquer tratamento ilegal de dados pessoais constitui uma infração à proteção de dados pessoais. (Literatura: A, Capítulo 1, 7 e 8)
- C) Incorreto. Uma infração relacionada ao conteúdo envolve a disseminação de declarações racistas, pornografia (infantil) ou informações que incitem a violência.
- D) Incorreto. Uma infração relativa à propriedade intelectual se refere a violações autorais e de direitos relacionados.

2 / 20

Como a “privacidade” está relacionada à “proteção de dados”?

- A) A privacidade é o direito ao respeito à vida privada e familiar de um indivíduo, sua casa e suas comunicações. A proteção de dados é o conjunto de medidas que garantem a segurança, confidencialidade, integridade e controle sobre os dados pessoais de indivíduos.
 - B) A privacidade é o direito de manter assuntos pessoais em segredo, preservando o livre arbítrio do indivíduo. A proteção de dados é o direito de manter os dados pessoais em segredo, de forma a evitar que o seu tratamento seja feito de forma indevida.
 - C) A privacidade é o resultado da proteção de dados. A proteção de dados é um conjunto de regras e regulamentos sobre o tratamento de dados pessoais que visa assegurar que esse tratamento seja feito de forma transparente e segura.
 - D) Os termos “privacidade” e “proteção de dados” são intercambiáveis. Não há uma diferença real no significado desses termos, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- A) Correto. Tendo em vista as definições de dados pessoais e privacidade dadas pela LGPD, essa é a relação entre privacidade e proteção de dados. (Literatura: A, Capítulo 1)
- B) Incorreto. A privacidade é o direito ao respeito à vida privada e familiar de um indivíduo, sua casa e suas comunicações, e não está necessariamente relacionada a manter segredos. A proteção de dados é um meio para garantir a privacidade.
- C) Incorreto. A privacidade é um direito, a proteção de dados é um meio para garanti-la.
- D) Incorreto. Esses termos não significam a mesma coisa e, portanto, não são intercambiáveis. A privacidade é um direito, a proteção de dados é um meio para garanti-la.

3 / 20

Que informações são consideradas como dados pessoais, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?

- A) Informações estatísticas anonimizadas e pseudonimizadas
 - B) Informações relacionadas a uma pessoa natural identificada ou identificável
 - C) Informações relativas a uma pessoa natural identificável que sejam acessíveis a terceiros
 - D) Informações sem vínculos diretos e indiretos às pessoas naturais a quem se relacionam
- A) Incorreto. As informações estatísticas anonimizadas não permitem a reidentificação dos respectivos titulares dos dados brutos que as geraram. Portanto, dados anonimizados não são mais considerados dados pessoais e a LGPD não se aplica a eles. As informações pseudonimizadas, por sua vez, permitem a reidentificação dos titulares.
- B) Correto. Segundo a LGPD, essa é a definição de dados pessoais. (Literatura: A, Capítulo 1)
- C) Incorreto. De acordo com a LGPD, qualquer informação sobre uma pessoa natural identificada ou identificável constitui um dado pessoal. A lei não exige que essas informações sejam acessíveis a terceiros.
- D) Incorreto. Essa definição diz respeito a dados anonimizados, os quais não são considerados dados pessoais.

4 / 20

Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), qual função é responsável pela determinação das finalidades e meios de tratamento dos dados pessoais?

- A) Controlador
 - B) Encarregado pelo tratamento de dados pessoais (Data Protection Officer, DPO)
 - C) Operador
- A) Correto. Segundo o art. 5º, inciso VI da LGPD, o controlador é a "pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais". (Literatura: A, Capítulo 1)
- B) Incorreto. Segundo o art. 5º, inciso VIII da LGPD, o DPO é a "pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)".
- C) Incorreto. Segundo o art. 5º, inciso VII da LGPD, o operador é a "pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador".

5 / 20

O encarregado pelo tratamento de dados pessoais (Data Protection Officer, DPO) é uma pessoa designada pelo controlador e/ou operador para atuar como canal de comunicação entre os agentes, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Qual é uma das atribuições **obrigatórias** do encarregado?

- A) Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências
 - B) Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas de conformidade da organização
 - C) Receber comunicações da autoridade policial e apresentar qualquer tipo de informações quando requisitado
 - D) Reportar à imprensa a ocorrência de incidentes de segurança na organização para fins de transparência
-
- A) Correto. Tendo em vista o art. 41, § 2º da LGPD, o encarregado deve atuar como ponto de contato para que os titulares possam exercer seus direitos, além de prestar esclarecimentos e adotar providências necessárias em resposta às solicitações dos titulares. (Literatura: A, Capítulo 1)
 - B) Incorreto. O encarregado deve orientar os funcionários e os contratados sobre as práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais, não à conformidade.
 - C) Incorreto. Isso não faz parte das atribuições do encarregado, conforme estabelecido pelo art. 41, § 2º da LGPD. Essa responsabilidade recairia sobre o encarregado apenas se lhe fosse atribuída expressamente pelo agente controlador ou operador, devendo as informações estar relacionadas a ocorrências que envolvam dados pessoais.
 - D) Incorreto. Não existe uma obrigação de reportar incidentes à imprensa. O dever de reportar, previsto no art. 48 da LGPD, está relacionado à caracterização de risco relevante aos titulares.

6 / 20

Um e-commerce planeja desenvolver uma ferramenta para precificar os produtos vendidos de forma individualizada para cada usuário que acessa seu site, levando em consideração o aparelho que o usuário utiliza para acessar o e-commerce, a região de onde está acessando, e outras informações de perfil socioeconômico coletadas por meio de cookies.

Qual é o princípio do art. 6º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) que pode ser decisivo para a implantação ou não dessa ferramenta?

- A) Não discriminação
 - B) Necessidade
 - C) Responsabilização e prestação de contas
 - D) Transparência
-
- A) Correto. Implementar uma ferramenta de discriminação seria altamente prejudicial aos direitos e liberdade dos titulares dos dados. Portanto, a não discriminação deve ser decisiva. (Literatura: A, Capítulo 2)
 - B) Incorreto. Coletar mais dados pessoais seria prejudicial, mas não tão prejudicial aos direitos e liberdade dos titulares dos dados quanto ter uma ferramenta de discriminação em vigor. Portanto, a não discriminação deve ser decisiva.
 - C) Incorreto. A falta de responsabilização e prestação de contas seria prejudicial, mas não tão prejudicial aos direitos e liberdade dos titulares dos dados quanto ter uma ferramenta de discriminação em vigor. Portanto, a não discriminação deve ser decisiva.
 - D) Incorreto. A falta de transparência seria prejudicial, mas não tão prejudicial aos direitos e liberdade dos titulares dos dados quanto ter uma ferramenta de discriminação em vigor. Portanto, a não discriminação deve ser decisiva.

7 / 20

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), qual critério deve ser cumprido pelo controlador ao realizar o tratamento de dados pessoais com base no legítimo interesse?

- A) A hipótese legal de legítimo interesse dispensa a avaliação de riscos à privacidade.
 - B) O controlador deve garantir que os dados tratados sejam estritamente necessários para a finalidade pretendida.
 - C) O tratamento com base no legítimo interesse deve ser realizado para qualquer finalidade que beneficie o controlador.
 - D) O tratamento com base no legítimo interesse dispensa a necessidade de transparência ao titular.
-
- A) Incorreto. Segundo arts. 38 e 10, § 3º, da LGPD, há necessidade de emissão de relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD).
 - B) Correto. O controlador deve cumprir os critérios estabelecidos no art. 10 da LGPD, que incluem tratar apenas os dados estritamente necessários para a finalidade pretendida, adotar medidas de transparência e garantir que os direitos do titular sejam respeitados. (Literatura: A, Capítulo 3)
 - C) Incorreto. O art. 10 da LGPD determina que as finalidades devem ser legítimas, concretas e específicas, respeitando as expectativas do titular e os direitos fundamentais.
 - D) Incorreto. A transparência é um princípio essencial da LGPD, especialmente no que diz respeito ao art. 6º.

8 / 20

Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e regulamentos relacionados, quais agentes de tratamento estão dispensados de indicar o encarregado pelo tratamento de dados pessoais?

- A) Agentes de tratamento de pequeno porte, desde que disponibilizem um canal de comunicação para os titulares e não realizem operações de alto risco ou em grande escala
 - B) Agentes de tratamento de pequeno porte, independentemente do volume de dados pessoais que tratem, desde que disponibilizem um canal de comunicação para os titulares
 - C) Agentes de tratamento públicos, desde que não realizem operações internacionais em grande escala
 - D) Agentes de tratamento públicos e privados, independentemente de seu porte e nível de risco das operações
- A) Correto. Conforme a Resolução CD/ANPD nº 2/2022 e a Resolução CD/ANPD nº 18/2024, agentes de pequeno porte estão dispensados de nomear um encarregado, desde que não realizem operações de alto risco ou em grande escala. Além disso, caso o agente de pequeno porte não nomeie um encarregado, ele deve disponibilizar um canal de comunicação adequado para que os titulares de dados possam exercer seus direitos. (Literatura: A, Capítulo 1 e 3)
- B) Incorreto. Embora os agentes de tratamento de pequeno porte estejam dispensados, isso não ocorre independentemente do volume de dados pessoais tratados. A Resolução CD/ANPD nº 18/2024 prevê que, caso o tratamento seja de grande escala, há a obrigatoriedade de nomeação segundo o art. 41 da LGPD. Apesar de tornar facultativa a nomeação de encarregado, os agentes de tratamento de pequeno porte devem disponibilizar um canal de comunicação com os titulares.
- C) Incorreto. A dispensa de nomeação não é restrita a agentes públicos e não depende da realização de operações internacionais. Ela abrange agentes de pequeno porte de qualquer natureza, desde que atendam aos requisitos específicos da regulamentação.
- D) Incorreto. A dispensa não se aplica a todos os agentes de tratamento públicos e privados, mas apenas aos agentes de pequeno porte que atendam a requisitos específicos.

9 / 20

Um homem recebe regularmente ofertas de uma loja onde ele fez compras cinco anos atrás. Ele quer que a empresa pare de lhe enviar ofertas.

A qual direito do titular de dados, definido pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), essa solicitação se refere?

- A) Direito à anonimização
 - B) Direito à correção dos dados pessoais
 - C) Direito à restrição do tratamento
 - D) Direito à revogação do consentimento
- A) Incorreto. Anonimização é um processo que remove informações pessoalmente identificáveis de conjuntos de dados para que as pessoas que os dados descrevem permaneçam anônimas.
- B) Incorreto. Retificação se refere à correção de dados incompletos, imprecisos ou desatualizados.
- C) Incorreto. Restrição se refere ao bloqueio de dados que são incorretos ou processados em contradição com regulamentações legais.
- D) Correto. O titular dos dados está exercendo esse direito. (Literatura: A, Capítulo 4)

10 / 20

Qual é o termo usado pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) para a divulgação, alteração, perda ou acesso não autorizado a dados pessoais?

- A) Incidente de dados pessoais com alto potencial de danos aos titulares
 - B) Incidente de segurança com alto risco e dano irreversível aos titulares
 - C) Incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares
 - D) Violação de confidencialidade dos dados pessoais que possa gerar risco ou dano aos titulares
- A) Incorreto. Nem todo incidente tem alto potencial de acarretar risco ou dano relevante aos titulares. Além disso, a LGPD se refere a incidente de segurança (com dados pessoais), e não incidente de dados pessoais.
- B) Incorreto. Nem todo incidente de segurança tem potencial de acarretar alto risco ou dano relevante aos titulares.
- C) Correto. De acordo com o art. 5º da LGPD, o incidente de segurança pode acarretar risco ou dano relevante aos titulares quando afetar significativamente os direitos fundamentais e interesses dos titulares e envolver ao menos um dos seguintes elementos: dados pessoais sensíveis; dados de crianças, adolescentes ou idosos; dados financeiros; dados de autenticação em sistemas; dados protegidos por sigilo legal, judicial ou profissional; ou dados em larga escala. (Literatura: A, Capítulo 5)
- D) Incorreto. Nem todo incidente de segurança envolve uma violação de confidencialidade.

11 / 20

Uma organização de assistência social pretende projetar uma nova base de dados para administrar seus assistidos (em estado de vulnerabilidade, inclusive de saúde) e os cuidados de que necessitam.

Para legitimar o tratamento de dados conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), qual seria uma medida importante a ser **inicialmente** tomada?

- A) Coletar dados sobre os clientes e sobre a quantidade e tipo de cuidados necessários e fornecidos
 - B) Elaborar um relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD) para determinar os riscos do tratamento pretendido
 - C) Obter o consentimento dos clientes para o tratamento pretendido de seus dados pessoais
- A) Incorreto. Tratar dados de saúde é, por definição, tratar dados sensíveis. Dessa forma, é fundamental levantar e analisar os riscos do tratamento dos dados primeiro, por meio da elaboração de um RIPD, para depois proceder ao tratamento de dados sensíveis.
- B) Correto. De acordo com a LGPD, é fundamental levantar e analisar os riscos do tratamento dos dados primeiro, por meio da elaboração de um RIPD, para depois proceder ao tratamento de dados sensíveis. (Literatura: A, Capítulo 8)
- C) Incorreto. Tratar dados de saúde é, por definição, tratar dados sensíveis. Dessa forma, é fundamental levantar e analisar os riscos do tratamento dos dados primeiro, por meio da elaboração de um RIPD, para depois proceder ao tratamento de dados sensíveis.

12 / 20

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) assume várias responsabilidades para garantir que as regulamentações para proteção de dados sejam cumpridas de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Qual é uma dessas responsabilidades?

- A) Definir um conjunto de medidas que sempre devem ser adotadas para a proteção de dados pessoais
 - B) Examinar contratos em relação à conformidade com a LGPD
 - C) Fiscalizar o cumprimento da LGPD e aplicar sanções quando necessário
 - D) Investigar todos os incidentes de segurança que lhe sejam notificados e tomar as medidas cabíveis
- A) Incorreto. A ANPD fornecerá uma orientação geral sobre o que é considerado um nível de segurança apropriado. Contudo, ela não vai dizer quais medidas específicas devem ser adotadas para chegar a esse nível. Mesmo que quisesse, ela não poderia porque não existe uma solução única que funcione para todos.
- B) Incorreto. A ANPD não é um departamento jurídico e, portanto, não é uma de suas responsabilidades examinar contratos de todas as organizações. Contudo, no decorrer de uma investigação, ela poderá analisar contratos específicos, se necessário.
- C) Correto. Uma das responsabilidades da ANPD é fiscalizar o cumprimento da LGPD e aplicar sanções quando necessário. A ANPD pode realizar auditorias e investigações sobre violações à lei, incluindo denúncias e petições de titulares de dados. As sanções são aplicadas por meio de processos administrativos que garantem o direito ao contraditório e ampla defesa. (Literatura: A, Capítulo 7)
- D) Incorreto. A ANPD não tem a obrigação, nem a capacidade, de investigar todos os incidentes de segurança de que tenha conhecimento. Ela investigará aqueles que julgar significativos ou dignos de atenção e que possam, de fato, acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

13 / 20

No contexto da transferência internacional de dados pessoais, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) precisa analisar e garantir que o país ou organismo internacional destinatário dos dados pessoais objeto de transferência apresenta um nível adequado de proteção de dados pessoais.

O que a ANPD **não** considera ao avaliar o nível de proteção de dados do país de destino ou organismo internacional?

- A) A existência de garantias judiciais e institucionais para o respeito aos direitos de proteção de dados pessoais
 - B) A observância dos princípios gerais de proteção de dados pessoais e direitos dos titulares previstos na LGPD
 - C) A quantidade de dados pessoais a serem transferidos bem como as informações relativas aos seus titulares
 - D) As normas gerais e setoriais da legislação em vigor no país de destino ou no organismo internacional
- A) Incorreto. A ANPD leva em consideração a existência de garantias judiciais e institucionais para o respeito aos direitos de proteção de dados pessoais.
- B) Incorreto. A ANPD leva em consideração a observância dos princípios gerais de proteção de dados pessoais e direitos dos titulares previstos na LGPD.
- C) Correto. A ANPD leva em consideração a natureza dos dados, mas não a quantidade e informações de titularidade. (Literatura: A, Capítulo 7)
- D) Incorreto. A ANPD leva em consideração as normas gerais e setoriais da legislação em vigor no país de destino ou no organismo internacional.

14 / 20

Normas Corporativas Globais (NCG) constituem um meio para facilitar a carga administrativa das organizações no cumprimento da legislação de proteção de dados.

Como as NCG ajudam no cumprimento dessa legislação?

- A) Elas evitam que as organizações precisem pedir permissão à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para o tratamento dos dados após suas NCG serem aceitas.
 - B) Elas permitem que as organizações deixem terceiros fora do Brasil tratarem os dados pessoais.
 - C) Elas permitem que as organizações tenham contratos de apoio com todas as partes envolvidas no exterior.
 - D) Elas regulam a transferência internacional de dados pessoais entre diferentes entidades pertencentes a um mesmo grupo empresarial ou conglomerado.
-
- A) Incorreto. Um conjunto de NCG deve ser autorizado pela ANPD.
 - B) Incorreto. NCG são válidas apenas dentro de uma organização e em todas as suas afiliadas. Elas não se aplicam a nenhuma outra parte.
 - C) Incorreto. NCG são preparadas para que as organizações não precisem usar contratos de apoio separados para cada afiliada.
 - D) Correto. Segundo o Regulamento de Transferência Internacional de Dados da ANPD, as NCG são diretrizes internas que regulam a transferência internacional de dados pessoais entre diferentes entidades pertencentes a um mesmo grupo empresarial ou conglomerado. (Literatura: A, Capítulo 7)

15 / 20

O que deve ser feito para que um controlador possa terceirizar o tratamento de dados pessoais para um operador?

- A) O controlador e o operador devem preparar uma minuta e assinar um contrato por escrito.
 - B) O operador deve demonstrar ao controlador que todas as demandas combinadas no Acordo de Nível de Serviço (ANS) são cumpridas.
 - C) O controlador deve pedir permissão à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para terceirizar o tratamento dos dados.
 - D) O controlador deve verificar junto à ANPD se há necessidade de firmar um contrato com o operador.
-
- A) Correto. Quando um operador é contratado para executar o tratamento ou parte do tratamento em nome do controlador, o contrato por escrito entre esses agentes deve garantir que o mesmo nível de segurança e conformidade em proteção de dados seja aplicado em toda a cadeia de tratamento. (Literatura: A, Capítulo 8)
 - B) Incorreto. Um ANS não é suficiente porque ele enfocará as operações, não definindo necessariamente os objetivos.
 - C) Incorreto. Não é necessário pedir a permissão da ANPD para cada caso de terceirização.
 - D) Incorreto. Não é necessário que haja essa verificação junto à ANPD.

16 / 20

Leia a definição abaixo:

O controlador deve implementar medidas técnicas e administrativas apropriadas para garantir que (...) apenas sejam tratados os dados pessoais estritamente necessários para cada finalidade específica do tratamento.

Qual princípio relacionado à proteção de dados é definido aqui?

- A) Conformidade
 - B) Proteção de dados desde a concepção (by design)
 - C) Proteção de dados por padrão (by default)
 - D) Proteção incorporada
- A) Incorreto. Conformidade é o estado ou fato que esteja de acordo com ou satisfaça regras e normas.
- B) Incorreto. O princípio de proteção de dados desde a concepção refere-se à inclusão de medidas apropriadas para implementar a proteção de dados desde a fase de concepção de um produto ou serviço até a sua execução.
- C) Correto. Como padrão implementado, o princípio de proteção de dados por padrão define que, na prática, o mínimo de dados pessoais possível deve ser tratado pelos agentes de tratamento durante o período mais curto possível, usando as melhores medidas de segurança possíveis para prevenir um acesso não autorizado. (Literatura: A, Capítulo 8)
- D) Incorreto. A proteção de dados incorporada não é um princípio, mas sim o resultado da aplicação prática das medidas de proteção de dados.

17 / 20

Qual **melhor** representa um benefício para as organizações ao aplicarem práticas de governança em privacidade?

- A) Garantir maior qualidade e gerenciamento de segurança à organização
 - B) Isentar a organização da responsabilidade por vazamentos de dados
 - C) Permitir que a organização armazene os dados por tempo indeterminado
 - D) Reduzir significativamente a necessidade de realização de auditorias internas e externas
- A) Correto. Para uma organização que trata dados pessoais, a proteção de dados é algo diretamente vinculado à sua reputação e à confiança do cliente ou consumidor. O tratamento de dados pessoais realizado de maneira adequada significa garantia de qualidade, gerenciamento de segurança e governança. (Literatura: A, Capítulo 6)
- B) Incorreto. A implementação de políticas de retenção e governança não isenta a organização de responsabilidade por vazamentos de dados, especialmente em casos de tratamento inadequado ou negligência.
- C) Incorreto. A LGPD exige que os dados sejam mantidos apenas pelo período necessário para cumprir as finalidades informadas, não permitindo armazenamento indefinido, mesmo com medidas de segurança.
- D) Incorreto. Práticas de governança reduzem riscos e facilitam auditorias, mas não eliminam a necessidade de supervisão contínua, que é parte fundamental para garantir conformidade e melhoria constante.

18 / 20

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em qual situação um relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD) deve **obrigatoriamente** ser conduzido?

- A) Quando as tecnologias e os processos estão sujeitos a uma avaliação de risco que envolve transações internacionais
 - B) Quando as tecnologias e os processos podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais dos titulares dos dados
 - C) Quando todos os grupos de operações de tratamento de dados são semelhantes e com riscos comparáveis entre si
 - D) Quando todos os projetos incluem tecnologias ou processos que exigem a proteção dos dados em conformidade com a LGPD
-
- A) Incorreto. Pela lei, realizar um RIPD não é obrigatório para todos os tipos de tratamento, mas somente para aqueles que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais dos titulares.
 - B) Correto. De acordo com o art. 5º da LGPD, é importante haver a elaboração do RIPD em diversas situações. Entretanto, a sua realização não é obrigatória para todos os tipos de tratamento, mas somente para aqueles que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais dos titulares. (Literatura: A, Capítulo 6 e 8)
 - C) Incorreto. Pela lei, realizar um RIPD não é obrigatório para todos os tipos de tratamento, mas somente para aqueles que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais dos titulares.
 - D) Incorreto. Pela lei, realizar um RIPD não é obrigatório para todos os tipos de tratamento, mas somente para aqueles que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais dos titulares.

19 / 20

Qual é o **principal** objetivo da Gestão do Ciclo de Vida dos Dados (GCVD)?

- A) Ajudar as organizações a gerenciar o fluxo de dados, desde sua criação ou coleta até sua eliminação
 - B) Ajudar as organizações a gerenciar o nível adequado de proteção dos dados durante determinadas atividades
 - C) Ajudar as organizações a gerenciar os dados pessoais como um todo, de modo a mantê-los sempre corretos e atualizados
-
- A) Correto. A GCVD é um processo que ajuda as organizações a gerenciar o fluxo de dados em todo o seu ciclo de vida: criação, uso, compartilhamento, arquivamento e exclusão. Rastrear dados com precisão em todo o ciclo de vida da informação é a base de uma estratégia de proteção de dados e ajuda a determinar onde aplicar os controles de segurança. (Literatura: A, Capítulo 8)
 - B) Incorreto. A proteção de dados adequada é obrigatória por lei e para todos os tipos de processamento de dados pessoais.
 - C) Incorreto. Garantir que os dados pessoais sejam corretos e mantidos atualizados é apenas um aspecto do objetivo de implementação da GCVD.

20 / 20

Às vezes, os sites rastreiam os visitantes e armazenam suas informações para fins de marketing.

O site é obrigado a informar o visitante que suas informações estão sendo usadas para fins de marketing?

- A) Sim, pois os visitantes têm o direito de recusar o processamento de seus dados pessoais para fins de marketing.
 - B) Não, pois ao acessar o site o visitante automaticamente já dá o consentimento para uso de seus dados pessoais para fins de marketing.
-
- A) Correto. O site tem a obrigação de informar ao visitante que suas informações estão sendo usadas para fins de marketing. Os visitantes têm o direito de recusar o processamento de dados pessoais referentes a eles para fins de marketing. (Literatura: A, Capítulo 2 e 8)
 - B) Incorreto. O site tem a obrigação de informar ao visitante que suas informações estão sendo usadas para fins de marketing. Os visitantes têm o direito de recusar o processamento de dados pessoais referentes a eles para fins de marketing.

Avaliação

A tabela a seguir mostra as respostas corretas às questões apresentadas neste exame simulado.

Questão	Resposta	Questão	Resposta
1	B	11	B
2	A	12	C
3	B	13	C
4	A	14	D
5	A	15	A
6	A	16	C
7	B	17	A
8	A	18	B
9	D	19	A
10	C	20	A





Driving Professional Growth

Contato EXIN

www.exin.com